



ISSN: 2230-9926

Available online at <http://www.journalijdr.com>

IJDR

International Journal of Development Research

Vol. 10, Issue, 07, pp. 38544-38547, July, 2020

<https://doi.org/10.37118/ijdr.19467.07.2020>



RESEARCH ARTICLE

OPEN ACCESS

ATUAÇÃO DO FISIOTERAPEUTA NA ATENÇÃO PRIMÁRIA: PERCEPÇÃO DE ESTUDANTES DE FISIOTERAPIA DE UMA INSTITUIÇÃO DE ENSINO SUPERIOR DE CAXIAS – MARANHÃO

*¹Adriano de Pinho Silva; ²Pedro Wilson Ramos da Conceição; ³Silvina Rodrigues de Oliveira; ⁴Isabely Madalena Coelho Cabral; ⁵Samara da Silva Barbosa; ⁶Edilene Rocha de Sousa; ⁷Arlene Maria da Silva Santos; ⁸Daccione Ramos da Conceição; ⁹Ísis Cacau de Sousa Vasconcelos; ¹⁰Janara Cristina de Oliveira Soares and ¹¹Samara Cristina dos Reis Nascimento

¹Fisioterapeuta pela Universidade Federal do Piauí. Pós-graduado pela Residência Multiprofissional em Saúde da Família da Universidade Estadual do Maranhão. Caxias, Maranhão, Brasil; ²Psicólogo e Mestre em Políticas Públicas pela Universidade Federal do Piauí. Docente do Centro universitário Uninassau/Redenção. Teresina, Piauí, Brasil; ³Graduanda em Psicologia – Uninassau. Teresina, Piauí, Brasil; ⁴Graduada em Fisioterapia pela Universidade Estadual do Piauí. Fisioterapeuta Intensivista no Hospital Prontomed Adulto. Teresina, Piauí, Brasil; ⁵Bacharel em Fisioterapia pela Universidade Estadual do Piauí. Teresina, Piauí, Brasil; ⁶Pós-graduada em Fisioterapia Traumatológica com Ênfase em Terapia Manual pela Universidade Estadual do Piauí. Teresina, Piauí, Brasil; ⁷Especialista em Saúde da Família e Comunidade em caráter de Residência pela Universidade Estadual do Piauí. Teresina, Piauí, Brasil; ⁸Pós-graduada em Gestão de Saúde- Universidade Estadual do Piauí. Fisioterapeuta da Atenção Básica em Saúde do Município de Floriano-Piauí. Teresina, Piauí, Brasil; ⁹Fisioterapeuta pela Universidade Federal do Piauí. Pós-graduada pela Residência Multiprofissional em Saúde da Família da Universidade Estadual do Maranhão. Parnaíba, Piauí, Brasil; ¹⁰Fisioterapeuta pela Universidade Federal do Piauí. Especialista em Fisioterapia em Saúde da Mulher pelo Centro Universitário Novafapi–UNINOVAFAPI. Piri-piri, Piauí, Brasil; ¹¹Fisioterapeuta pelo Centro Universitário Novafapi–UNINOVAFAPI. Pós-graduada pela Residência Multiprofissional em Saúde da Família da Universidade Estadual do Maranhão. Caxias, Maranhão, Brasil

ARTICLE INFO

Article History:

Received 14th April, 2020

Received in revised form

28th May, 2020

Accepted 06th June, 2020

Published online 30th July, 2020

Key Words:

Estudantes. Fisioterapia. Atenção Primária à Saúde. Sistema Único de Saúde.

*Corresponding author: Adriano de Pinho Silva

ABSTRACT

A inclusão do fisioterapeuta nas atividades da Atenção Primária à Saúde está em processo de construção, começando pela formação dos profissionais de forma a prepará-los para atuar nestes serviços. Essa formação profissional ainda vem sendo orientada para o individual e curativo e dirigido aos setores secundário e terciário. O estudo teve como objetivo verificar o conhecimento dos acadêmicos do último ano do curso de Fisioterapia de uma Instituição de Ensino Superior do município de Caxias – Maranhão, a respeito da atuação do fisioterapeuta na Atenção Primária à Saúde. Trata-se de uma pesquisa transversal, descritiva de caráter quantitativo, onde foi utilizado como instrumento de pesquisa uma entrevista via Formulário Google através de um *link* da Internet. Observou-se que 83,3% dos alunos pretendem atuar tanto no setor público quanto no privado e 69,4% concordaram que a instituição lhes proporcionou conhecimento suficiente sobre o Sistema Único de Saúde. Outro dado evidenciado foi que apenas 37,1% dos alunos considera suficiente a carga horária das disciplinas que abordam assuntos relacionados ao SUS durante a graduação. Apesar disso, a maioria dos entrevistados sentem-se preparados para a atuação na Atenção Primária em Saúde.

Copyright © 2020, Adriano de Pinho Silva et al. This is an open access article distributed under the Creative Commons Attribution License, which permits unrestricted use, distribution, and reproduction in any medium, provided the original work is properly cited.

Citation: Adriano de Pinho Silva; Pedro Wilson Ramos da Conceição; Silvina Rodrigues de Oliveira; Isabely Madalena Coelho Cabral; Samara da Silva Barbosa; Edilene Rocha de Sousa; Arlene Maria da Silva Santos; Daccione Ramos da Conceição; Ísis Cacau de Sousa Vasconcelos; Janara Cristina de Oliveira Soares and Samara Cristina dos Reis Nascimento, 2020. "Atuação do fisioterapeuta na atenção primária: percepção de estudantes de fisioterapia de uma instituição de ensino superior de caxias – Maranhão", *International Journal of Development Research*, 10, (07), 38544-38547.

INTRODUÇÃO

Com a criação do Sistema Único de Saúde (SUS) diversas propostas e estratégias têm sido usadas com o objetivo de atender às necessidades de saúde da população. A Estratégia de Saúde da Família (ESF),

criada em 1994, está centrada nas ações de promoção, proteção e recuperação da saúde de forma integral e contínua. Objetiva reorganizar o sistema de saúde, obedecendo as diretrizes do SUS, com ênfase na atenção primária e na promoção da saúde da família (Glinardello; Guimarães; Coelho Júnior, 2012). Diante desse cenário, com a portaria do Ministério da Saúde nº 1.065, publicada em 4 de

julho de 2005 (BRASIL, 2005), foram criados os Núcleos Ampliados de Saúde da Família (NASF), a fim de ampliar a integralidade, tornou-se possível a inserção do fisioterapeuta e de outros profissionais nas equipes da ESF (Miranda; Teixeira, 2014). O NASF permite uma aproximação formal da fisioterapia com a Atenção Primária à Saúde (APS), sob a perspectiva de política de saúde. O fisioterapeuta que atua no NASF deve executar suas ações de acordo com algumas diretrizes relativas à Atenção Primária como, por exemplo, as ações interdisciplinares e intersetoriais; o processo de educação permanente em saúde de profissionais e da população; o desenvolvimento da noção de território; a integralidade, a participação social, a educação popular; a promoção da saúde e a humanização (Brasil, 2009). A formação profissional do fisioterapeuta, a contar da sua regulamentação, passou por mudanças que visam o sustento social, científico e cultural da profissão. Hoje, o Conselho Federal de Fisioterapia e Terapia Ocupacional (COFFITO), por meio da Comissão de Estudo para as Diretrizes Curriculares sugerem uma formação profissional mais eficaz, científica, responsável e adequada à consolidação do SUS (COFFITO, 2001). As Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN) para o ensino de graduação em Fisioterapia ressaltam que "a formação do fisioterapeuta deve contemplar as necessidades sociais da saúde, com ênfase no SUS". É de sua responsabilidade a atenção à saúde com a integração de ações no campo da promoção, proteção e recuperação da saúde, no entanto, o primeiro nível de atenção constitui-se porta de entrada para o sistema, devendo ter grande resolutividade, em torno de 90%, tornando-o dessa forma preferencial (Seriano; Muniz; Carvalho, 2013).

Ainda que haja consenso sobre o fato de que a formação de profissionais de saúde deveria ser voltada a moldar profissionais para o SUS, ela tem se mostrado alheia à obrigação de se proporcionar uma educação centrada nos seus princípios e diretrizes, preservando o padrão hegemônico de formação, a fisioterapia deve ser colocada com igual em tal ideia em consenso com os parâmetros criados na instituição de ensino. Preparar profissionais de saúde sob o olhar da integralidade representa uma proposta desafiadora, visto que significa a mudança não só de um modelo habitual de formação como também resulta na reorganização dos serviços e na análise crítica dos processos de trabalho (Rodrigues, 2008). O presente estudo teve como objetivo verificar o conhecimento dos acadêmicos do último ano do curso de Fisioterapia de uma Instituição de Ensino Superior (IES) do município de Caxias – MA, a respeito da atuação do fisioterapeuta na APS.

MATERIAIS E MÉTODOS

Trata-se de uma pesquisa transversal, descritiva de caráter quantitativo, que teve como sujeitos os estudantes do curso de Fisioterapia do Centro Universitário de Ciências e Tecnologia do Maranhão (UniFacema), na cidade de Caxias, localizada no interior do Maranhão, sendo considerada a quinta maior cidade do estado, com uma área de 5.196.769 km² e população estimada de 164.224 habitantes (IBGE, 2018). O UniFacema dispõe, atualmente, de 18 (dezoito) cursos de Graduação, sendo 14 (quatorze) cursos de Bacharelado (Administração, Arquitetura e Urbanismo, Direito, Educação Física, Enfermagem, Engenharia Civil, Engenharia Elétrica, Farmácia, Fisioterapia, Jornalismo, Nutrição, Odontologia, Psicologia e Serviço Social), 01 (um) curso de Licenciatura (Pedagogia) e 03 (três) cursos Tecnológicos (Análise e Desenvolvimento de Sistemas, Estética e Cosmética e Radiologia), além de diversos cursos de Pós-graduação *Lato Sensu*. O curso de Fisioterapia da IES pesquisada conta com uma carga horária de 4.000 h/a, sendo destas 800 h/a de estágio supervisionado. A grade curricular está constituída de disciplinas teóricas que abordam o tema de Saúde Pública, que são Saúde Coletiva, no 3º período, e Fisioterapia na Saúde Coletiva, no 7º período, as quais somam uma carga horária de 100 h/a, e todos os acadêmicos abordados na pesquisa já haviam cursado tais disciplinas. Os estágios supervisionados ocorrem no último ano do curso, sendo divididos em estágio em Fisioterapia Clínica e Fisioterapia Aquática, no 9º período, e estágio Hospitalar e em Saúde Coletiva, no 10º período. Foram incluídos no estudo todos

os discentes regularmente matriculados com período igual ou superior ao 9º período e que haviam cursado as disciplinas de Saúde Coletiva e Fisioterapia na Saúde Coletiva, independente de gênero, e com idade maior ou igual a 18 anos. Os critérios de exclusão foram: alunos que não conseguiram finalizar o questionário, desistência do curso de Fisioterapia na IES e/ou desistência do projeto.

A coleta de dados durou aproximadamente 3 semanas. Foi utilizado como instrumento de pesquisa uma entrevista com 10 questões semiestruturadas abertas e fechadas aplicadas aos participantes do estudo. A entrevista foi realizada via Formulário Google através de um *link* da Internet. Antes de iniciar a coleta de dados com o questionário virtual, foi inserido um Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) virtual, composto por uma página de esclarecimento sobre a pesquisa, além da solicitação de autorização para o uso dos dados. As questões presentes na entrevista foram constituídas da concepção quanto ao futuro profissional, a percepção dos estudantes acerca das doutrinas do SUS, percepções quanto à carga horária de disciplinas relacionadas ao SUS na IES, e atuação da Fisioterapia no SUS. Para a divulgação do instrumento, foram enviados os links do questionário através dos endereços de e-mail através de aplicativo de mensagens (WhatsApp). Não foi possível avaliar o tempo de respostas, no entanto, os participantes tinham a opção de interromper o preenchimento do questionário e continuar em outro momento. Foi permitido somente o preenchimento de um questionário por endereço de e-mail. Essa medida foi tomada visando impedir a duplicidade de questionários respondidos por um mesmo participante. Os dados foram organizados e tabulados utilizando o Microsoft Excel versão 2016 para Windows. Foram aplicados os procedimentos de estatística descritiva, onde foram calculadas as frequências absoluta (N) e relativa (%) das variáveis categóricas, e média e desvio padrão (média±DP) das variáveis numéricas. Posteriormente, foram construídos gráficos e tabelas. Em obediência à resolução 196/96 do Conselho Nacional de Saúde, a pesquisa passou por apreciação ética pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Estadual do Maranhão (UEMA), sendo aprovada sob parecer nº 3.235.487.

RESULTADOS

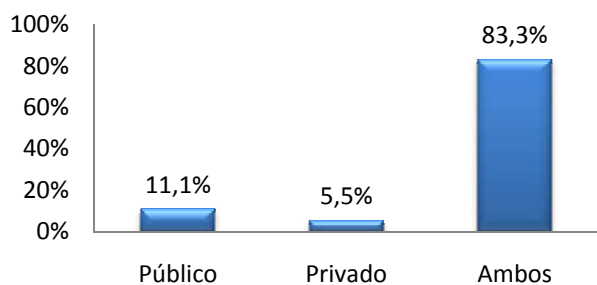
Dos 106 alunos matriculados no 9º e 10º períodos do curso de graduação em Fisioterapia da instituição pesquisada, apenas 36 responderam ao questionário, correspondendo a 37,8% do universo da pesquisa. Houve predominância do sexo feminino, com 25 entrevistados (69,4%). A idade dos acadêmicos variou de 21 a 37 anos, com média 24,2 ± 3,6 anos, onde a maioria (83,3%) tinha entre 21 e 25 anos de idade, como mostrado na tabela 1. Quando questionados sobre o setor que pretendem atuar após a graduação, 83,3% responderam que pretendem atuar tanto no setor público quanto no privado, conforme a figura 1.

Tabela 1. Perfil demográfico dos acadêmicos de Fisioterapia participantes da pesquisa (N=36). Caxias, Maranhão, 2019

Variáveis	N	%
Sexo		
Masculino	11	30,6
Feminino	25	69,4
Idade		
21 a 25 anos	30	83,3
26 a 30 anos	04	11,1
31 a 37 anos	02	5,5
Média ± Desvio padrão		24,2 ± 3,6
Total	36	100,0

Fonte: Pesquisa direta, 2019

De acordo com os dados, todos os entrevistados (100%) pretendem fazer alguma especialização na área. E quando perguntados sobre a instituição ter proporcionado conhecimento suficiente sobre o SUS, 25 entrevistados concordaram, correspondendo a 69,4% (Tabela 2).



Fonte: Dados da pesquisa, 2019.

Figura 1. Opção de atuação profissional dos acadêmicos de Fisioterapia participantes da pesquisa após a graduação (N=36). Caxias, Maranhão, 2019

Em relação às experiências na APS durante a graduação. Apenas 38,9% participaram de projetos de iniciação científica ou extensão universitária voltadas para a área de APS. No entanto, 63,9% já vivenciaram a APS em aulas práticas de alguma disciplina ou nos estágios de Saúde Coletiva e Fisioterapia Comunitária (Tabela 2). Mais da metade dos acadêmicos (52,8%) acreditavam ter domínio em relação aos princípios doutrinários do SUS. Quanto à carga horária das disciplinas que abordam assuntos relacionados ao SUS durante a graduação, apenas 37,1% dos alunos considera suficiente. Apesar disso, 77,8% dos entrevistados consideram-se preparados para atuar na APS (Tabela 2).

Tabela 2. Distribuição numérica e percentual das respostas ao questionário dos acadêmicos de Fisioterapia participantes da pesquisa (N=36). Caxias, Maranhão, 2019

Questão	Sim		Não	
	n	%	n	%
Intenção de fazer alguma especialização na área	36	100,0	-	-
Conhecimento suficiente sobre o SUS proporcionado pela IES	25	69,4	11	30,6
Participação em projeto de iniciação científica ou extensão universitária voltados para área da Atenção Primária	14	38,9	22	61,1
Vivência na Atenção Primária em aulas práticas de alguma disciplina ou nos estágios de Saúde Coletiva e Fisioterapia Comunitária	23	63,9	13	36,1
Domínio em relação aos princípios doutrinários do SUS	19	52,8	17	47,2
Carga horária suficiente das disciplinas que abordam assuntos relacionados ao SUS durante a graduação	13	36,1	23	63,9
Preparação suficiente para atuar na Atenção Primária	28	77,8	08	22,2

Fonte: Dados da pesquisa, 2019.

Legenda: SUS: Sistema Único de Saúde; IES: Instituição de Ensino Superior.

DISCUSSÃO

O SUS do Brasil é um dos maiores e mais complexos sistemas de saúde pública do mundo, e abrange não só procedimentos simples, através da APS, mas também procedimentos mais complexos, garantindo assim um acesso integral, universal e gratuito para toda a população do país. Algumas medidas foram tomadas para a formação de um perfil profissional que atenda à demanda do SUS com qualidade e resolutividade. Um dos primeiros passos foi a reformulação das Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN), que integrou trabalho e ensino, prática e teoria, ensino e comunidade. Outra iniciativa foi a integração do serviço público como campo de prática para o ensino e pesquisa por meio de visitas, estágios ou projetos de extensão, reconhecido no artigo nº 27 da Lei 8.080/90 (Pinheiro et al., 2009; Cavalheiro; Guimarães, 2011; Freitas, 2006). Nesta pesquisa, observou-se que 11,1% dos alunos desejam trabalhar exclusivamente no setor público e 83,3% pretendem atuar tanto no serviço público como no privado. Resultado semelhante foi encontrado no estudo de Seriano, Muniz e Carvalho (2013), em que

78,6% dos alunos entrevistados revelaram o desejo de trabalhar em ambos os setores. Segundo Cavalheiro e Guimarães (2011), o SUS é considerado o maior mercado de trabalho em saúde no país, e alguns motivos como aumento de vagas ofertadas em concursos, a qualidade dos cargos, a não discriminação por sexo, idade ou experiência, torna esse campo uma alternativa muito boa principalmente para recém-formados. A pesquisa revelou que quase 70% dos alunos concordaram que a IES lhes proporcionou conhecimento suficiente em relação ao SUS. Contrariando este achado, um estudo realizado por Silva e Ros (2007), onde foram entrevistados docentes e alunos atuantes na saúde coletiva, mostrou que a formação acadêmica dos profissionais da saúde não aborda de forma satisfatória os modelos de uma ação integrada da saúde no âmbito do SUS.

Nesses últimos anos, tem-se percebido uma necessidade de unir a educação na área da saúde com a assistência prestada pelo profissional. As escolas de saúde devem abordar em seus currículos acadêmicos conhecimentos que não apenas formem profissionais competentes tecnicamente, mas que valorizem os aspectos relacionados aos objetivos e requisitos do SUS (Matos, 2018). Ainda no estudo de Silva e Ros (2007), foram identificadas algumas questões importantes, como um pequeno número de profissionais fisioterapeutas interessados a atuar no campo da Saúde Coletiva, dificuldade de identificar as atribuições do fisioterapeuta na prevenção primária e dificuldade de reconhecer conceitos básicos sobre o SUS como, por exemplo, a crença de que o mesmo é direcionado a atender pessoas de baixa renda e não de forma universal. A maioria dos alunos da pesquisa vivenciaram alguma experiência dentro da APS, seja em aulas práticas das disciplinas e estágios (63,9%), ou na participação de projetos de extensão ou iniciação científica (38,9%). A literatura mostra que a inserção do fisioterapeuta potencializa os cuidados à saúde da população e que seu desempenho em programas como a Estratégia de Saúde da Família (ESF) e em ações similares de cuidados primários é imprescindível para a concretização das diretrizes de uma assistência integral à saúde (Pereira; Souza, 2007). Segundo ainda estes mesmos autores, o fisioterapeuta, que antes possuía pouco ou nenhum espaço na APS, vem obtendo reconhecimento nesse campo e com isso, os currículos dos cursos de graduação em Fisioterapia estão deixando de beneficiar apenas a ação reabilitadora e passam a introduzir esse profissional na Saúde Coletiva.

A experiência observada neste estudo, com as práticas em Saúde Coletiva e Fisioterapia Comunitária, que se referem à prática do SUS na APS e no exercício da Fisioterapia, é observada também no estudo de Silva e Ros (2007) realizado com estudantes de Fisioterapia da Universidade do Sul de Santa Catarina, onde relataram ter contato com o campo de atuação em Saúde Coletiva somente no seu último ano de graduação e, no campo teórico, relataram ter algumas disciplinas isoladas no começo do curso, na área da Saúde Coletiva, voltadas para a prática na APS. A carga horária abordando assuntos relacionados ao SUS foi outro ponto negativo citado na pesquisa, onde a maioria dos alunos entrevistados a consideram insuficiente durante a graduação. Isso reflete um perfil profissional distante do que é esperado. Estudos apontam para o desvio dos processos de formação universitária em Fisioterapia dos princípios e da realidade do SUS (Bispo Júnior, 2009). Junta-se, ainda, um maior destaque a conteúdos técnicos e disciplinas biomédicas, dando pouco espaço para discussões baseadas na conexão com o campo das ciências humanas e sociais (Seriano; Muniz; Carvalho, 2013). Apesar da pouca experiência durante a graduação e da carga horária insuficiente, a maioria dos alunos da pesquisa consideram-se preparados para atuar na APS. Na resolução 559 do Ministério da Saúde, é citado que o fisioterapeuta deverá estar comprometido com o SUS, tendo como objetivo “a saúde funcional do indivíduo e da coletividade, nas diferentes complexidades, mediante a análise contextualizada dos fatores pessoais e ambientais nas situações que envolvem o processo saúde-doença”. Para isso, o profissional deverá realizar atividades de educação em saúde e educação popular, instrumentalizando os indivíduos/famílias/comunidades, respeitando o contexto pessoal, ambiental e sociocultural, para o empoderamento e o autocuidado de seus problemas de saúde (BRASIL, 2017).

Na pesquisa de Gallo (2005), os fisioterapeutas participantes consideraram o conhecimento sobre o SUS como de grande importância para o profissional que ingressa no contexto da APS, devendo ser abordado na graduação juntamente com uma vivência na área, propiciando ao aluno um contato com o serviço e a realidade na comunidade. Para Silva e Ros (2007), o momento do estágio deve ser visto como a oportunidade de vivenciar a realidade da profissão em uma diversidade de cenários, sendo bastante valorizado como fundamento para o processo pedagógico da Nova Lei de Diretrizes Curriculares. Diante dos achados, ressalta-se que este estudo apresentou algumas limitações. Uma delas refere-se à amostra, que inicialmente foi pensada em englobar o total de alunos matriculados no último ano da IES pesquisada. Porém, o questionário eletrônico utilizado, talvez por não permitir um contato mais formal entre pesquisador e aluno, além da possível falta de acesso à internet por parte de alguns estudantes, poderiam explicar o baixo número de questionários respondidos. Vale citar também, o fato da cidade possuir apenas uma IES que ofereça o curso de graduação em Fisioterapia, o que talvez seja pouco suficiente para demonstrar o pensamento dos alunos em relação à realidade vivida no município. Além disso, o município não tinha implantado, até o início da pesquisa, o Núcleo Ampliado de Saúde da Família (NASF), principal porta de acesso do profissional fisioterapeuta à APS. Apesar disso, a pesquisa mostra-se relevante pois permite entender com que perfil o profissional fisioterapeuta chega ao mercado de trabalho no município, e traz reflexão acerca das DCN e a formação do profissional para atuar na APS.

CONCLUSÃO

Este estudo mostrou que a grande maioria dos acadêmicos de Fisioterapia vê o SUS como futuro campo de atuação. Apesar de considerarem insuficiente a carga horária das disciplinas que abordam conteúdos relacionados à APS durante a graduação, e de terem pouca experiência em projetos de extensão universitária ou projetos de iniciação científica, sentem-se preparados para a atuação nessa área. Nesse sentido, sugere-se aos coordenadores e professores desta instituição um maior compromisso com a prática e um olhar mais voltado à APS, principalmente nos períodos iniciais do curso.

REFERÊNCIAS

Bispo Júnior, J.P. 2009. Formação em fisioterapia no Brasil: reflexões sobre a expansão do ensino e os modelos de formação. *História, Ciências, Saúde-Manguinhos*, 16(3), 655-668.

Ministério da Saúde (BR). Portaria nº 1065, de 4 de julho de 2005. Cria os Núcleos de Atenção Integral à Saúde da Família, com a finalidade de ampliar a integralidade e a resolubilidade da Atenção à Saúde. Diário Oficial da União. 5 jul de 2005; Seção 1:45.

Ministério da Saúde (BR). Resolução nº 559, de 15 de setembro de 2017. Aprova o Parecer Técnico nº 161/2017 que dispõe sobre as recomendações do Conselho Nacional de Saúde à proposta de Diretrizes Curriculares Nacionais do curso de graduação em Fisioterapia. Diário Oficial da União. 14 fev de 2018; Seção 1:32.

Ministério da Saúde (BR). 2009. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. Cadernos de Atenção Básica: Saúde na escola.

Cavalheiro, M. T. and Guimarães, A. L. 2011. Formação para o SUS e os desafios da integração ensino serviço. *Caderno FNEPAS*, 1(1), 19-27.

COFFITO -Conselho Federal de Fisioterapia e Terapia Ocupacional [internet]. Brasília; c2001.[Acesso em: 05 jul 2017]. Disponível em:www.coffito.gov.br

Freitas, M. S. 2006. A Atenção Básica como campo de atuação da fisioterapia no Brasil: as diretrizes curriculares resignificando a prática profissional. *Rio de Janeiro: Instituto de Medicina Social, Universidade Estadual do Estado Rio de Janeiro*.

GALLO, D. L. 2005. A fisioterapia no programa saúde da família: percepções em relação à atuação profissional e formação universitária. 2005. *Pós-graduação em Saúde Coletiva na Universidade Estadual de Londrina*.

Ragasson, C. A. P., Almeida, D. C. S., Comparin, K., Mischiati, M. F., & Gomes, J. T. 2006. Atribuições do fisioterapeuta no programa de saúde da família: reflexões a partir da prática profissional. *Revista Olho Mágico*, 13(2), 1-8.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística [internet] Caxias: Rio de Janeiro; c2018. [Acesso em: 28 mai 2018]. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ma/caxias/panorama>

Matos, M. D. S. 2018. *A formação do profissional fisioterapeuta para atuação no Sistema Único de Saúde (SUS) em prevenção primária: como fica a promoção da saúde?* (Doctoral dissertation, EPSJV).

Miranda, G. B. N., & da Costa Teixeira, R. (2014). Atuação do fisioterapeuta na atenção primária: conhecimento dos acadêmicos do último semestre. *CADERNOS DE EDUCAÇÃO, SAÚDE E FISIOTERAPIA*, 1(2).

Souza, W. D. B. 2007. Inclusão do fisioterapeuta no PSF: pela integralidade da atenção a saúde e reorientação do modelo assistencial. *FisioBrasil*, 11(84), 43-9.

Pinheiro, L. B. D., Diógenes, P. N., Filgueiras, M. D. C., Abdon, A. P. D. V., & Lopes, É. A. B. 2009. Conhecimento de graduandos em Fisioterapia na Universidade de Fortaleza sobre o Sistema Único de Saúde. *Fisioterapia e pesquisa*, 16(3), 211-216.

Rodrigues, R. M. 2008. A fisioterapia no contexto da política de saúde no Brasil: aproximações e desafios. *Perspectivas Online 2007-2011*, 2(8).

Seriano, K. N., da Cunha Muniz, V. R., & de Carvalho, M. E. I. M. 2013. Percepção de estudantes do curso de fisioterapia sobre sua formação profissional para atuação na atenção básica no Sistema Único de Saúde. *Fisioterapia e Pesquisa*, 20(3), 250-255.

Silva, D. J. D., and Ros, M. A. D. 2007. Inserção de profissionais de fisioterapia na equipe de saúde da família e Sistema Único de Saúde: desafios na formação. *Ciência & Saúde Coletiva*, 12, 1673-16.
